



ATA EXTRAORDINÁRIA Nº 2878/2021

1
2 Aos dezoito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte um, às dezoito horas, reuniram-se
3 para Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano
4 Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA
5 VIRTUAL DO CMDUA, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a
6 propagação da pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm,
7 Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na
8 presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni
9 (1ª Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlio César Farias de
10 Miranda (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Artur
11 Ribas (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente),
12 **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**;
13 Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio**
14 **Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS**; Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª
15 Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Gabriela da
16 Silva Machado (2ª Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade**
17 **Urbana – SMIM**; e Luciane Martins Pinheiro (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de**
18 **Governança Local. CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Rômulo Krafta (Titular),
19 **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Jussara Kalil Pires (1ª Suplente),
20 **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete
21 Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio
22 Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**;
23 Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul**
24 **– CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil –**
25 **IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio**
26 **Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos**
27 **Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato**
28 **das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular),
29 **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. CONSELHEIROS DA**
30 **SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de**
31 **Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de**
32 **Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região**
33 **de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de**
34 **Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Ricardo Angelini, (2º Suplente), **Região de**
35 **Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular),
36 **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de**
37 **Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de**
38 **Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular),
39 **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e**
40 **Ambiental – OP – HOCDUA. SECRETARIA EXECUTIVA**: Camila Maders Fonseca
41 Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMUS**; Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys**
42 **Graphen. PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação: 2.1 ATAS: 2867, 2868 e 2869; 3.
43 **Comunicações INT.:** CONS. RICARDO ANGELINI – RGP5; 4. Ordem do dia. Após
44 assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às
45 18h03min. 1. ABERTURA. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de



46 **Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite, Senhores
47 Conselheiros. São 18h06min, temos quorum. Eu estava acompanhando aqui. Lembrando
48 que estamos ao vivo no nosso canal no YouTube. Nós tivemos a nossa reunião ordinária
49 na terça-feira em função do Carnaval, embora não tivesse feriado. Imagino que teríamos
50 dificuldade em relação ao quorum. Então, a gente transferiu a nossa reunião para quinta-
51 feira, para adequar e dar a oportunidade de todos participarem. Nós temos uma pauta
52 extensa para avançar, alguns projetos mais tranquilos, outros projetos mais polêmicos,
53 mas o importante é a gente fazer um debate qualificado como temos feito, posições em
54 algumas situações divergentes, mas a divergência ao final cria uma convergência e a
55 gente consegue encaminhar os temas importantes para a cidade, para este Conselho. De
56 imediato eu consulto, temos uma inscrição externa e um representante para o período de
57 Comunicação. Peço a gentileza que façam a inscrição, enquanto eu referendo as
58 presenças (Listagem dos presentes na inicial). Então, antes de abrir para as
59 manifestações temos uma inscrição externa, da RGP 8, a delegada lá da Região. Temos
60 mais inscritos para Comunicações? Conselheiro Ricardo, Conselheiro Adroaldo,
61 Conselheira Claudete, Conselheiro Felisberto. Em não havendo mais inscritos encerro a
62 inscrição para o período de Comunicação. Abro a palavra para a Michele pelo período de
63 5 minutos. **3. COMUNICAÇÕES. Michele, Delegada da RGP 8:** Boa tarde. Bom, eu
64 gostaria de fazer um questionamento com relação à forma como é tratada a Região
65 Restinga/Extremo Sul através da Região de Planejamento 8. E questiono no sentido de
66 que forma seria possível uma região de planejamento que trate apenas do Extremo Sul,
67 separado da Restinga. E coloco isso porque sou moradora da região e identifico que são
68 locais muito distintos, com interesses e necessidades bem diferentes e que tem uma
69 extensão muito grande da cidade. Só a Extremo Sul é um território de $\frac{1}{4}$ da cidade de
70 Porto Alegre, né. Então, coloco essa questão de que forma o Extremo Sul e a Restinga
71 poderiam ter atuações independentes de regiões de planejamento independentes. E
72 gostaria de aproveitar o ensejo para colocar algumas questões que tem transparecido aqui
73 no Extremo Sul, em especial com a orla, né, que é uma situação de bastante abandonou
74 por parte da Secretaria do Meio Ambiente. A gente que reside aqui nota um aumento
75 drástico do trânsito para a Região Extremo Sul nos últimos anos, é um aumento tão
76 significativo que nos impressiona. Eu falo por mim e falo por alguns vizinhos que têm essa
77 mesma percepção. E nós estamos falando da região que é mais sensível ambientalmente
78 na cidade, da Ponta Grossa, Belém Novo, Lami, Extrema. Então, a questão do controle da
79 qualidade do ar, por exemplo, em Porto Alegre, nós falso perdemos isso, não existe mais.
80 A orla aqui, por exemplo, de Belém Novo não tem mais Salva Vidas, é o segundo verão
81 que nós estamos sem Salva Vidas. Vieram algumas melhorias para uma praça aqui, assim
82 como foi para o Lami também, mas me parece que são melhorias bem módicas para a
83 importância que essa área tem para uma população enorme. A gente está falando de uma
84 área de orla, que funciona como um parque, ela tem um funcionamento de parque, mas
85 tem um cuidado bem precário, principalmente com a fiscalização ambiental, não existe
86 fiscalização, não existe a educação ambiental. Então, coloco isso assim, porque a gente
87 acompanha vazamentos de esgoto crônico na orla, próximos das áreas de banho. Neste
88 verão mesmo, o controle de balneabilidade iniciou atrasado, apenas no meio de janeiro,
89 quando como de costume é de dezembro até março. Outra questão que eu gostaria de
90 colocar, a questão da balneabilidade, que deveria ser feita durante todo o ano, porque é
91 um uso intensivo que existe da orla e o DMAE faz esse controle. Então, de que modo a
92 SMAMS e DMAE poderiam unir esforços nesse sentido. A sinalização das áreas de APP,



93 nós estamos há 5 anos solicitando placas que indiquem as áreas de APP na orla, até hoje
94 a SMAMS não colocou placas, só algumas placas dizendo que é proibido acampar.
95 Nenhuma placa dizendo que é uma área de preservação ambiental. A gente coloca aí a
96 sinalização dos locais de perigo de banho, sinalização para Jet-sky e barcos. E estou
97 trazendo essa questão porque aí a gente se depara com a notícia do ano pela Secretaria
98 do Meio Ambiente, que é a troca de local da biblioteca da SMAMS. E aí é de chocar ver
99 que a Secretaria está pautando a retirada da biblioteca, parece ser algo sem muita
100 explicação, de conveniência, para o poder público movimentar um acervo de tamanha
101 importância, de tirar de perto de servidores. Então, gostaria de colocar para o Secretário
102 essas demandas da região e essa questão de que o Extremo Sul possa ser tratado com
103 foco nas suas necessidades. Então, é essa questão que eu gostaria de um retorno da
104 Secretaria, poder focar em uma região de planejamento, independente Restinga/Extremo
105 Sul e as questões que a gente vê aqui urgentes, que outras gestões já receberam e
106 acredito que o senhor estava, anterior e esta, já estejam cientes. A ideia é conservar o
107 patrimônio ambiental da cidade para futuras gerações, porque senão na rota que nós
108 estamos vendo de ampliação da ocupação para o Extremo Sul não vai sobrar nada para as
109 futuras gerações em termos ambientais. Boa noite. **Germano Bremm, Presidente e**
110 **Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:**
111 Obrigado, Michele, pela manifestação. O Felisberto quer se manifestação sobre a fala
112 externa pelo período de 1 minuto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão**
113 **de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa tarde. Eu acho oportuna essa fala da Michele com
114 relação ao desdobramento de regiões. O Adroaldo já ponderou isso em uma reunião, que
115 as Ilhas deveriam ser uma região própria. Eu acho que a Extremo Sul também deveria ter
116 um tratamento diferenciado, pelas colocações que ela fez, que é uma região extremamente
117 grande, com uma fauna e flora diferenciada, com outro padrão de características
118 urbanísticas e que deve ser levada em consideração. Isso eu já venho falando em muitas
119 falas minhas anteriores, no sentido de que a gente deve e vamos tratar no Plano Diretor.
120 Então, ver isso, identificar as características que nós temos na cidade. (Sinalização de
121 tempo esgotado). E hoje a gente ver com assombro a violência que determinadas regiões
122 estão sofrendo e comunidades que estão inseridas sofrerão o impacto dos grandes
123 empreendimentos. Parece uma besteira, mas não é. (Sinalização de tempo esgotado). É
124 um dado fundamental que a gente deve levar em conta. Então, era isso. Obrigado.
125 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**
126 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro. Vamos abrir para o período de
127 Comunicação dos conselheiros inscritos, mas antes, Michele, gostaria de dizer que ao
128 longo da gestão estamos projetando, em convergência com as diretrizes do Prefeito Melo,
129 duas revitalizações ali no Extremo Sul, tanto do Belém Novo, quanto da orla do Lami, para
130 tentar qualificar aquele espaço. Então, são dois dos nossos projetos a serem
131 desenvolvidos, uma qualificação um pouquinho mais profunda, foram feitas algumas
132 melhorias já emergenciais, a pedido e orientação do Prefeito, mas a gente está compondo
133 organizando o orçamento, buscando recurso para ao longo da gestão fazer e desenvolver
134 dois projetos de qualificação daquela área. Com relação às regiões de planejamento é
135 importante vir essa demanda, estamos no processo de revisão do Plano Diretor. E o Plano
136 Diretor que prevê ali a divisão das regiões planejamento. Então, importante trazer esse
137 assunto para ser discutido e assim que foi entendido pela sociedade como um todo fazer
138 as divisões. Com relação à biblioteca, não me recordo se eu já tinha comentado aqui com
139 os senhores, foi bastante discutido, eu recebi uma comissão de vereadores representando



140 uma posição contrária à mudança da biblioteca, que a gente gostaria de levar para um
141 parque público, para o Germânia, democratizar o acesso, porque, afinal de contas, agora
142 os técnicos não estão mais trabalhando na Secretaria, estão trabalhando de forma remota.
143 Então, teriam que se deslocar para consultar o acervo ou em outro local. Trouxeram uma
144 série de argumentos, a gente está analisando a possibilidade de revisar e talvez fazer uma
145 construção aqui mesmo da nossa estrutura aqui da Secretaria para adequar e nos
146 desonerar desse gasto público que a gente tem, significativo, de cerca de 150 mil por mês
147 para o aluguel do Escritório de Licenciamento. Enquanto o que a gente gasta de aluguel
148 poderia estar voltando em benefícios, em projetos, atendendo a ponta da cidade. Então, o
149 nosso objetivo com esse remodelamento é desonerar os cofres públicos desse gasto
150 gigantesco, mensal. E para isso a gente estava contando com as nossas estruturas. Nós
151 temos um equipamento ocioso dentro de um parque seguro, porque é fechado, teria
152 condição, porque teria que fazer uma reforma para adequar essa estrutura da biblioteca. É
153 nesse sentido que a gente queria qualificar esse acesso. O projeto a gente estava
154 construindo, debatendo aqui da melhor forma como viabilizar isso, mas também temos a
155 possibilidade, estamos avaliando, claro que lá nós estaríamos conseguindo por doação, a
156 própria Associação de Moradores tinha interesse em ajudar a organizar o prédio que fazer
157 a revitalização. Eles gostariam de receber a biblioteca dentro do parque. Então, em a
158 gente não levando todo acervo para lá, talvez a gente não consiga esse recurso, mas a
159 gente está avaliando uma forma de talvez deixar o acervo aqui, mais ambiental e levar
160 para lá a parte de literatura, aí a gente faz algo misto. Não há a menor hipótese da
161 gente se desfazer do acervo ou qualquer coisa nesse sentido. Nós temos uma situação
162 para resolver aqui e aproveitar para dar uma qualificada na biblioteca, democratizar um
163 pouquinho mais o acesso. Então, abro de imediato a palavra para o primeiro Conselheiro
164 inscrito no período de Comunicação. E agradeço a presença e participação da Michele
165 mais uma vez. Conselheiro Ricardo, da RGP 5. **Ricardo Angelini, (2º Suplente), Região
166 de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa noite, Secretário. Boa noite,
167 Secretária, colegas e meus amigos conselheiros. Eu quero me apresentar, por isso que eu
168 pedi essa inscrição. Eu sou o segundo suplente do nosso amigo falecido Paulo Jorge, da
169 Região 5. O primeiro suplente não quis participar mais do CMDUA. Em reunião na nossa
170 comunidade fizeram live e pediram que eu o substituísse, representando a região que já
171 estava muito tempo sem ter um representante legal. A nossa região parece que ficou
172 afastadinha em um cantinho lá, sem ter alguma coisa para ser liberada, porque o Paulo
173 Jorge faleceu em meados de junho, julho, não me recordo muito. E aí a gente ficou sem ter
174 presença e a região está no auge, tem várias construções, tem vários empreendimentos
175 que na época eu já era Conselheiro, no ano de 16, 17, e nós temos vários
176 empreendimentos de uma comunidade que estava ativa, as contrapartidas. Nós temos
177 vários prédios, como eu falei, empreendimentos que nós estamos fora de contrapartidas,
178 estamos fora de alguma coisa. Nós não sabíamos, a Região 5 estava muda no Cristal, nós
179 não sabíamos o que fazer, a gente queria fazer essa representação. Então, aceitei, porque
180 eu já fui conselheiro, conheço um pouco. Então, estou eufórico para entrar, porque é a 4ª
181 região que eu permaneço e eu estava notando que eu estava sem ser conhecido pelos
182 meus colegas. Então, agora a gente quer ser participativo, assíduo da Região 5. Espero
183 que os meus colegas conselheiros e o pessoal todo que faz parte do CMDUA, que olhem
184 um pouquinho para nossa região e que não me ajudem, como estou começando agora
185 novamente, que me ajudem a ver o que nós temos de pauta passada, o que foi debatido
186 pelo nosso Paulo Jorge. Então, é isso que eu gostaria, de ser mais participativo com os



187 meus colegas e da minha comunidade. Então, eles confiaram, botaram toda essa parte de
188 cima de mim, confiaram. Então, vamos trabalhar e vamos ver o que a gente pode fazer.
189 Então, é isso que eu queria pedir, Secretário e meus colegas. Muito Obrigado por me
190 ouvirem. Então, era isso, eu queria me apresentar. Muito obrigado a todos. **Germano**
191 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**
192 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Ricardo. O saúdo mais uma vez, seja bem-vindo
193 a este Conselho. Eu lembro bem da sua história, sempre de luta pela região. Em outras
194 oportunidades concorreu ao Conselho lá na Região 5, depois unindo forças com o Paulo
195 Jorge. Muito bacana nossa representação de todo o Cristal também, uma região que é
196 muito mobilizada. Eu tive a oportunidade de conviver um pouco com o conselheiro em
197 alguma dessas eleições passadas, que já nem sei que ano era exatamente, mas eu me
198 lembro muito da sua caminhada aí. Na sequência a gente tem inscrito o Conselheiro
199 Adroaldo. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento**
200 **Dois – RGP. 2:** Boa noite, Secretário. Boa noite, Conselheiros. Presidente, eu quero falar
201 neste momento sobre as convocações extraordinárias, que estão vindo a qualquer
202 momento. Está sendo difícil de acompanhar. Nós tivemos no dia 9, ficamos quase 3 horas
203 de reunião e ninguém sabia que dali 2 dias ia ter nova reunião extraordinária. Então, todas
204 as reuniões são importante, mas neste momento a gente precisa estudar melhor se há
205 possibilidade de extinguirmos a reunião extraordinária e dar valor para a reunião ordinária.
206 E quero lembrar ainda, nós tivemos em outro momento uma secretária nossa do Conselho
207 que fazia contato três vezes para lembrar os conselheiros dessas reuniões, fazia a
208 convocação oficial, depois enviava uma mensagem via grupo de Whats do Conselho,
209 depois para o Whats de cada conselheiro, avisava a gente. Então, a gente tinha tempo de
210 se organizar ou organizar o seu suplente para participar da reunião. O que não aconteceu
211 nessa reunião do dia 11, que foi uma surpresa, acredito que para outros conselheiros
212 também. Então, eu trago este desconforto, porque eu acho que nós temos que pensar
213 melhor. Muitas vezes a gente não se manifesta, mas nós estamos presentes, estamos
214 atentos, estamos acompanhando, porque há interesse nosso, a região nos coloca neste
215 local porque confia na gente, nós temos que nos atualizar e levar a informação para a
216 região e acaba a gente não participando. Eu poucas vezes deixo de participar das
217 reuniões do Conselho, mas não me manifestando. E vejo até com ansiedade, que parece
218 que só o nosso Presidente que decide soinho quando que vai ter reunião, convoca e vai
219 quem quer. Com todo o respeito, mas eu tenho que ser franco. É assim a gente vê, assim
220 que a gente é questionado. E define, afinal, Presidente? Eu acho que teria que ser no
221 Conselho, na reunião anterior se define junto ao Conselho da necessidade de uma reunião
222 extraordinária. Então, quero deixar essa pergunta, quem é que decide quando vai
223 acontecer a próxima reunião? Porque nós precisamos nos organizar. E o meu apelo é
224 este, porque foi uma reunião para tratar das eleições, de suma importante e eu não tinha
225 como participar daquela reunião. Eu estou falando por mim, mas acredito que outros
226 conselheiros também. E as atas só chegam 6 meses depois está aí para a gente aprovar
227 uma ata de reunião que aconteceu em dezembro. Quer dizer, nós não estamos falando
228 algo que seja desconhecido do Conselho. Então, quero deixar clara essa condição e o
229 apelo, que principalmente temas como eleições de conselho seja, tratadas em reunião
230 como esta, não em reunião extraordinária. Obrigado. **Claudete Aires Simas (Titular),**
231 **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos e a todas. Eu
232 acho que o Adroaldo trouxe uma questão muito bem colocada, que eu ia também apontar,
233 que assistência, a gente recebeu uma convocação que não correspondia ao o regimento



234 interno, lã estava irregular, ao que preceitua o regimento. Encaminhamos, vários
235 conselheiros, mais de uma mensagem à secretaria, não tivemos nenhuma retorno a
236 contento. Eu verifiquei no site depois, depois fui verificar se houve ou não houve, porque
237 tem a gravação no You Tube, não encontrei a gravação no You Tube. E não sei qual foi o
238 encaminhamento tirado naquela sessão, mas recebi no dia seguinte, depois da Camila, o
239 encaminhamento da portaria, como encaminhamento dessa sessão, que não sei se teve
240 ou não, a prorrogação dos mandatos. Eu acho que o tema eleição é um tema importante,
241 mas não para minha surpresa a gente recebeu esta semana também uma convocação de
242 uma extraordinária, ainda não estivesse dentro do prazo legal, eu imaginei que a gente ia
243 discutir o assunto, que é tão importante, que é a eleição, mas veio a pauta ordinária.
244 Então, eu lhe pergunto, Secretário, qual é a motivação para a convocação desta sessão
245 extraordinária? E não esquece que o Secretário tem o poder da administração pública da
246 discricionariedade, mas a discricionariedade fica adstrita aos limites da lei e os limites da
247 lei impõem uma motivação. Então, a sessão não deve ocorrer simplesmente quando o
248 Secretário decidiu que nós temos que nos reunir. A pauta de hoje, eu gostaria de saber
249 qual é o motivo de urgência para ela ser colocada, ela nos inviabiliza toda uma
250 programação. A gente recebeu o calendário, pelo menos boa parte do ano, já era previsto
251 o feriado desta terça-feira e não havia nenhuma previsão de sessão nesta quinta-feira. E
252 aí somos surpreendidos com uma sessão em 24 horas, 48 horas, onde a gente tem que se
253 reorganizar e estar com os pareceres de vista, porque não são todos que fazem, apenas
254 alguns que são o que têm mais interesse, na verdade, ou que estão dispostos a isso, a se
255 manifestarem. Então, gostaria de esclarecimento, o que se passou na sessão do dia 11 e a
256 motivação para convocação desta sessão extraordinária na data de hoje, visto que a pauta
257 é apenas a pauta ordinária. Obrigada. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de**
258 **Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Em primeiro lugar, Secretário, eu quero reiterar
259 que eu tenha acesso ao parecer do projeto das torres do Internacional e da retirada ou a
260 inclusão do caráter habitacional no projeto. Eu pedi que fosse enviado à PGM, fui
261 contestado por alguns conselheiros de que seria a questão clubística, porque eu sou
262 gremista, mas eu via que tinha tudo a ver com um projeto que deveria ser encaminhado à
263 Câmara de Vereadores e deveria primeiro ter o projeto discutindo em audiência pública.
264 Ponderei isso e alguns me criticaram por isso. Então, eu reitero o pedido para que esse
265 processo tenha transparência, para ver o que a PGM falou, porque este conselheiro
266 ponderou que era necessário primeiro a lei, para depois discutir o EVU. Então, era
267 necessário que a gente tivesse e pelo menos este conselheiro tem interesse em saber o
268 que a PGM falou. Segundo, endossar as palavras tanto do Adroaldo, como a Claudete,
269 sobre a questão das reuniões extraordinárias. Eu entendo que a questão da eleição é um
270 tema que deve ser tratado com todo o cuidado, com rigor, porque isso extrapola o nosso
271 mandato de muito tempo. Eu acho que a questão da pandemia é um agravante para que a
272 gente não possa discutir, fazer a eleição, mas isso não é impedimento para que a gente
273 possa ter uma discussão mais ampla também com os fóruns de delegados. A terceira
274 colocação, que para mim é fundamental, que a gente também tenha a recuperação dos
275 grupos de trabalho em que se trabalharam as mitigações, as questões dos impactos e a
276 questão da regularização fundiária. Este conselho tem que discutir toda a cidade e todos
277 os assuntos que envolvam a questão urbana, além da questão ambiental. Isso me parece
278 que não, nós estamos apenas analisando processos e muitas vezes processos com vícios
279 e que deve ter cuidado com interpretação jurídica. E na última sessão, eu como o
280 conselheiro da RGP 1 não fui atendido na questão do pedido de diligência, endossando o



281 parecer da Claudete. Eu me senti violentado no meu direito de ter diligência, porque é na
282 região na qual eu sou conselheiro. Eu acho que isso é uma prerrogativa da região e que
283 não foi respeitada, salvo melhor juízo. Era isso e obrigado, Secretário. **Germano Bremm,**
284 **Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade –**
285 **SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Tentando responder alguns pontos, com
286 relação ao pedido de diligência, de fato o conselheiro da região tem essa prerrogativa,
287 mas também prevê a resolução de que forma se dá essa diligência. O senhor teve na
288 oportunidade do seu relato de vista, que fez em conjunto, de formalizar por escrito, teve a
289 oportunidade de relatar e não fez. Então, tem essa previsão nesse sentido, se o senhor
290 tivesse solicitado a diligência dentro do seu relato de vista, conforme prevê o nosso
291 regimento, a gente teria que deliberar neste Conselho. O pedido ocorreu no decorrer da
292 discussão. Nesse sentido que a gente deu o encaminhamento daquele formato, seguindo
293 as regras regimentais. Em relação às reuniões extraordinárias, de fato, torcemos para que
294 a gente possa cada vez mais reduzir elas. Nós temos uma pauta extensa, mas a gente tem
295 temas tão importantes para debater, para discutir, a própria revisão do Plano. A reunião
296 convocada deveria ter saído como convite, enfim, saiu como convocação para a gente
297 fazer a discussão. No fim não teve quorum, não foi uma reunião oficial, foi mais um debate,
298 os conselheiros que participaram podem relatar. Enfim, uma conversa deste Presidente
299 com os conselheiros acerca do encaminhamento, nada formal. A gente formaliza e faz uma
300 reunião com quorum, transmitida pelo YouTube para tratar especificamente desse tema da
301 reeleição ou da prorrogação dos mandatos dos conselheiros. O debate foi de fato um
302 pouco em cima do tempo, a convocação, embora tenha previsão regimental, é mais correto
303 que eu faça e dê tempo para se organizarem, a gente também se atrapalhou um pouco no
304 envio, mas no próprio e-mail pedi desculpas e expliquei os motivos. Em relação a hoje, era
305 para nós termos a reunião ordinária na terça-feira, não era feriado em Porto Alegre,
306 imaginei que fosse mais adequado que a gente fizesse a reunião de terça-feira nesta
307 quinta.teríamos dificuldade de ter o *quorum*, embora não fosse feriado, imagino que cada
308 conselheiro se organizou de uma forma diferente. Então, foi nesse sentido que a gente
309 encaminhou para fazer a reunião desta semana na quinta-feira. De fato, temos muitas
310 pautas, pautas importantes, temos também o nosso fluxo de processos no dia a dia para
311 avançar. Nesse sentido que a gente sempre tenta, mas está registrado, Conselheiro
312 Adroaldo. Vamos sempre ter esse cuidado. Está no regulamento essa possibilidade da
313 convocação, acho que o Conselheiro Adroaldo questionou sobre quem faz as
314 convocações, a prerrogativa é do Presidente, mas, naturalmente, que o Presidente tem
315 que estar em consonância com o desejo da maioria, enfim, dos conselheiros. Vamos cada
316 vez mais nos melhorar nesse sentido e ir qualificando os processos. Senhores
317 Conselheiros, com relação a Internacional, pode formalizar para a Camila, Conselheiro. O
318 processo está digitalizado, pode dar acesso ali, imagino que a manifestação da
319 Procuradoria seja a concordância desse encaminhamento que o senhor deu, por isso que
320 não retornou o processo, para primeiro se aprovar o projeto de lei. Então, tão logo seja
321 aprovado o projeto de lei o processo volta para o debate do Conselho para avaliar o
322 Estudo de Viabilidade Urbanística. Acho que foi nesse sentido que não encaminhou, é um
323 processo extenso, foi digitalizado. Então, pode-se dar acesso, todos os passos estão lá
324 registrados e tão logo se tenha a alteração legislativa o projeto vai ser colocado em
325 discussão novamente neste Conselho. Na sequência, Senhores Conselheiros, são
326 18h41min, passamos já de imediato ao: **4. ORDEM DO DIA: ITEM 4.6**, os demais esta em
327 diligência. É um Estudo de Viabilidade Urbanística na Coronel Marcos, 1719, o relato a



328 gente teve pela METROPLAN. Tivemos algumas solicitações de relatos de vista: ACESSO,
329 RGP 1, OP, SAERGS, ABES, IAB e RGP 6. Antes de liberar aos relatos de vista, peço
330 para a nossa equipe do planejamento nos lembrar do que se trata o presente
331 expediente, depois eu abro a oportunidade dos relatos de vista. É o Vinícius que nos
332 apresenta hoje. **Vinicius, Equipe do Planejamento/SMAMUS:** Boa noite, Senhor
333 Presidente. Boa noite, Senhores Conselheiros e Senhoras Conselheiras. Vou iniciar a
334 apresentação do Processo nº 20.0.00008940-1. É uma solicitação de EVU pela Melnick
335 Even, local Coronel Marcos, 1719. EVU de Projeto Especial de Impacto Urbano de 2º grau
336 localizado na Av. Cel. Marcos, Bairro Pedra Redonda, em Porto Alegre. O projeto
337 contempla uma área territorial de 45.170 m², pertencendo ao quarteirão circundado pela
338 Av. Cel. Marcos, Rua Manoel Leão e Rua Ney de Castilhos. A proposta é de uma
339 construção nova com atividade residencial e comercial, são 68 unidades habitacionais de
340 3 dormitórios e 15 lojas, com 248 vagas de estacionamento. Aqui a gente tem uma planta
341 de localização do empreendimento, mostrando logo ali à esquerda a área junto a Cel.
342 Marcos. Aqui nós temos as perspectiva das lojas junto a Cel. Marcos. Aqui a gente tem a
343 localização referente à Região 6 de planejamento. Em relação ao Bairro Pedra Redonda e
344 em relação a Av. Cel. Marcos. Nessa localização pelo satélite a gente consegue ver onde
345 é o terreno todo, que fica junto a Cel. Marcos e a Rua Dr. Ney de Castilhos. Essa área fica
346 no Morro do Sabia. Então, a gente tem os pareceres técnicos, o primeiro parecer é da
347 CAUGE, de uma reunião de 04/11/2020, onde foi definido que o empreendedor deverá
348 firmar termo de compromisso e termo de conversão de área pública com o município, o
349 qual é condicionante para o licenciamento urbanístico e ambiental do empreendimento,
350 prevendo medidas mitigatórias apontadas no EVU. A SMAMS em o condicionante para o
351 licenciamento do projeto arquitetônico do empreendimento pede a assinatura do termo de
352 conversão de área pública, no qual constará na obrigação projeto a extensão do passeio
353 da orla de Ipanema, da Rua Manoel Leão até a área de lazer e da urbanização da mesma.
354 A condicionante para a emissão da carta de habitação do empreendimento, termo de
355 recebimento das obras, serviço de execução da extensão do passeio na orla de Ipanema,
356 da Rua Manoel Leão, até a área de lazer e da urbanização da mesma. Aqui a gente tem
357 um esquema com toda a área verde a receber, o acesso da área recebida e o tomo da Rua
358 Manoel Leão. Ainda continuando, deverão ser preservados e compatibilizados com as
359 edificações. Então, a vegetação, os (Inaudível/interferência no áudio), 23.794,15 m² de
360 renovações florestais em estágio de (Inaudível/interferência no áudio), 204,39 m² com
361 taquaireiras. A supressão respectiva, a compensação vegetal segue a Lei Complementar nº
362 751/2015. (Leitura das medidas e dados da planta). A EPTC solicitou portaria com controle
363 de acesso adequado, 5 m em relação ao alinhamento. Vagas para visitantes, vaga para
364 carga e descarga de entregas. Vaga para estacionamento das lojas, que devem ser
365 dispostas de forma a coibir manobras de veículos sobre o passeio público. Projetar e
366 executar alargamento na Av. Cel. Marcos, em toda a testada do lote. Também o plano
367 viário deverá ser aprovado como condição para aprovação do projeto arquitetônico.
368 Desenvolver e aprovar junto à EPTC e SMIM, demais secretarias, projeto executivo,
369 incluindo projeto de sinalização viária e intervenções viárias do plano funcional viário
370 aprovado. Doar a área de recuo viário incidente sobre o lote, implantar as
371 (Inaudível/interferência no áudio), conformes projetos aprovados pelo município. O DEP já
372 tinha a diretriz emitida, permanece, diz: “Nada temos a opor à aprovação desse EVU,
373 permanecem as diretrizes já emitidas”. A Secretaria Municipal da cultura: “Deverão ser
374 observadas no couber os seguintes itens: preservação das (Inaudível) de interesse,



375 preservação da paisagem natural e manutenção da predominância das áreas abertas
376 sobre as edificadas. Deverá ser apresentado levantamento topográfico de todas as
377 edificações existentes na matrícula para análise da EPAC”. A SMED não emitiu diretrizes
378 no parecer. Portanto nada tem a opor quanto à aprovação deste EVU. A Secretaria
379 Municipal da Fazenda não se opõe à aprovação do EVU. A SMIM, todas as ciclovias
380 previstas no Plano Diretor Ciclovitário, se houver, deverá ter projeto geométrico e de
381 pavimento aprovados na SMIM. As paradas de transporte coletivo, se houver, deverão ser
382 pavimentadas com Box de concreto e conforme projeto aprovado. São de responsabilidade
383 do empreendedor, caso necessário, pavimentação, recapeamento e recuperação de todos
384 os trechos e recuperação das vias que foram solicitadas as alterações pela EPTC, a fim de
385 dar continuidade e qualidade à pavimentação final. Implantar o projeto de sinalização
386 horizontal. As vias que forem danificadas durante o processo de implantação do
387 empreendimento deverão ser recuperadas pelo empreendedor, sob fiscalização da
388 SMIM/PMPA. A Secretaria Municipal da Saúde não emitiu diretriz através do parecer da
389 CAUGE, considerando que a área de destinação pública devida pelo parcelamento do solo
390 seria parcialmente destinada a equipamento público comunitário de lazer no local e o
391 saldo restante seria convertido em obra, serviços para edificação da obra na região,
392 conforme orientações da SMAMS. Então, foi isso, para relatos de vista. **Germano Bremm,**
393 **Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade –**
394 **SMAMUS:** Obrigado, Vinicius pelos esclarecimentos, apresentação sobre o projeto em
395 curso. Lembrando que este expediente foi relatado pela Conselheira Representante da
396 METROPLAN, que deu parecer favorável à aprovação do EVU, a Conselheira Virgínia. Na
397 sequência, então, eu consulto se a Conselheira Claudete vai fazer relato de vista?
398 Questão de Ordem. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no**
399 **Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos. Secretário, eu solicitei uma
400 Questão de Ordem, na verdade não, existe outra possibilidade de se falar, mas eu acho
401 que tem fundamento a minha Questão de Ordem. É o seguinte, não é a primeira vez que
402 os relatos, e nada contra o colega que fez o relato, o Vinicius, a quem eu não conheço,
403 mas eles permeiam, eles fazem uma maquiagem do EVU. Eu acho que isso é importante
404 que se diga. No meu ponto de vista e dos profissionais com quem eu falei, a questão mais
405 importante desse processo é a duplicação em 100% da volumetria e o relato feito pelo
406 colega permeia, mostra umas figuras bonitas, bem feitas, desenhos bem bonitos,
407 maquiando, eu não digo que seja intencional deixo, bem claro isso; mas uma das questões
408 mais polêmicas é que está se alterando sem nenhuma justificativa, duplicando a altura
409 permitida de 9 para 18 m e não aparece nada no relato, como se todo mundo fosse sabe..
410 Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio**
411 **Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado. Depois na oportunidade do debate
412 pode manifestar a sua posição, naturalmente. A questão é com relação à dúvida de
413 interpretação do Regimento. Lembrando que a apresentação do colega é bastante técnica
414 e todos os conselheiros têm acesso ao processo desde a sua distribuição, é totalmente
415 eletrônico, online Então, o representante da Secretaria traz as informações ali postas, mas
416 o acesso é garantido para todos chegarem. Teve o relato da própria relatora anteriormente
417 mais detalhada. Este é um resumo do resumo para que todos tenham noção da tramitação
418 do projeto como um todo. Então, na sequência a Conselheira Claudete. Vai fazer relato de
419 vista, Conselheira? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos**
420 **Humanos - ACESSO CDH:** Secretário, eu acho que tem uma Questão de Ordem do
421 Felisberto e tem outra questão. É que geralmente quem fala primeiro no parecer de vista é



422 o conselheiro da região, que havia pedido uma diligência. Então, eu acho que a prioridade
423 é dele. E depois tem, acho que depois da apresentação do planejamento cabe à relatora,
424 se ela quer fazer algum posicionamento para depois entrarem os pareceres de vista.
425 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**
426 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu consulto a Conselheira Virgínia, se quer colocar algum
427 ponto. A gente, naturalmente, inscreve sempre a conselheira para o debate, por último.
428 Não sei, quer lembrar alguma coisa? Está contemplada com a apresentação do
429 planejamento? **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação Estadual de**
430 **Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Não, não tenho nenhuma
431 ponderação. O relato já foi lido, apresentado a todos os conselheiros e permanece a
432 mesma posição. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de**
433 **Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira
434 Virgínia. Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular),**
435 **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, não tem nada a ver com
436 este processo agora, até porque a Claudete vai fazer o relato conjunto com a RGP 01. A
437 minha ponderação é com relação ao pedido de vista do processo. Eu já tenho reiterado
438 várias vezes que este processo deveria vir para que a gente pudesse ter conhecimento.
439 Em nenhum momento nós tivemos acesso ao processo SEI então, eu acho importante que
440 o processo seja acessado e que a gente tenha oportunidade e não tenha que requerer.
441 Então, o encaminhamento, eu pondero isso, Secretário, que pudesse ser tratado com mais
442 agilidade as colocações aqui. E por fim, com relação ao pedido de vista no processo
443 anterior também, no processo da Nilópolis, o pedido de diligência pode ser visto durante o
444 processo de discussão. Eu não entendo porque cercear o direito da região pleitear. Se
445 entendo oportuno no relato de vista outros conselheiros, fazer esse pedido. Era isso e
446 obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio**
447 **Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bem. Obrigado, Conselheiro Felisberto.
448 Será lhe dado vista do processo do Beira Rio, o acesso para todos os conselheiros. A
449 Camila vai providenciar. Só lembrando, retomando em relação ao regimento, a diligência
450 deve vir, conforme prevê o regimento, no relato de vista. Acho que tem essa previsão lá no
451 artigo, não me recordo o artigo, mas depois podemos compartilhar para o senhor dar uma
452 olhada também. Enfim, é o procedimento. Conselheira Claudete, vai fazer o relato de
453 vista? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos -**
454 **ACESSO CDH:** Vou, Presidente, mas tem a questão do pedido de diligência da região e,
455 se eu não me engano, também já tem um pedido de vista junto ao processo do
456 Conselheiro da ABES, que eu acho que eles precedem a minha manifestação. **Germano**
457 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**
458 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Conselheira, a gente tem a ordem aqui dos relatos de
459 vista, por inscrição, o primeiro é o ACESSO e a solicitação de diligência já foi atendida. Foi
460 solicitada pelo Conselheiro Gomes, da região de planejamento, o conselheiro teve o
461 retorno desta vista. Então, este ponto está superado. **Claudete Aires Simas (Titular),**
462 **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Mas o conselheiro não vai fazer
463 nenhuma manifestação, então? Até porque precede, sempre foi assim, né, Secretário, que
464 as regiões têm a preferência no parecer de vista. Então, só estou fazendo com que seja
465 cumprido algo que sempre foi efetuado aqui. Não tenho nenhuma objeção. **Luiz Antônio**
466 **Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:**
467 Presidente, eu não tenho conhecimento dessa ordem. A ordem para mim é da inscrição de



468 relatos, conforme foi pedido. **RELATOS DE VISTA. Claudete Aires Simas (Titular),**
469 **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Interessante, Gomes, porque
470 foste tu que fizeste o pedido de diligência. Então, desrespeitando essa ordem na última
471 apresentação. Tudo bem. Eu vou tentar ser sintética, até porque o nosso tempo é curto, a
472 gente aqui não prioriza o debate, a gente prioriza o tempo de fala, quanto menos falar
473 melhor. Então, o objeto é um EVU de parcelamento do solo com licenciamento de
474 edificação: *O que se verifica de análise do processo, em apertadíssima síntese, dispõe*
475 *sobre a incontestável importância ambiental da área em questão no contexto urbano. O meio*
476 *ambiente, no espaço urbano, como se sabe, impõe uma dimensão que extrapola a simples*
477 *avaliação do ambiente natural (ar, água, solo, fauna e flora), devendo integrar outros*
478 *elementos naturais, culturais e artificiais que interagem e/ou interferem na cidade. Por*
479 *pertinente, cabe aqui destacar que o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata*
480 *Atlântica já asseverou que as matas existentes às margens do Guaíba em Porto Alegre,*
481 *situação da gleba em análise, são consideradas como Mata Atlântica, em que pese o laudo*
482 *vegetal apresentado pelo empreendedor disponha não reconhecer como tal. Ocorre no*
483 *caso, no entanto, Bioma Pampa com remanescentes florestais no domínio da Mata*
484 *Atlântica, devendo ao caso ser aplicada a legislação pertinente. Remanescente este de*
485 *vegetação nativa, que guarneceria também uma nascente localizada na divisa do terreno,*
486 *conforme manifestação técnica constante dos autos, contestada, contudo, pelo*
487 *empreendedor e, cujo deslinde a respeito não há qualquer referência ou manifestação pelo*
488 *órgão responsável. Bastou que o empreendedor dissesse que não existe e a gente não*
489 *sabe, não existe, ficamos na dúvida. (Segue): Outrossim, cumpre que tal remanescente*
490 *por estar situado em meio a uma metrópole é indispensável para a qualidade de vida e*
491 *saúde da população local e de toda a cidade, haja vista suas funções ambientais, seja da*
492 *melhoria da qualidade do ar, seja para a atenuação dos desequilíbrios climáticos, excesso*
493 *de aridez, desconforto térmico/ambiental entre outros, dentre outros. Situações estas que*
494 *não conseguem ser supridas ou resolvidas pelo alegado desenvolvimento econômico, ou*
495 *quicá, pelo velho argumento da geração de empregos. Além disso, a referida área possui*
496 *extrema importância na conexão com outras áreas adjacentes, tais como o Morro do Osso,*
497 *Lago Guaíba, Rios Gravataí e Jacuí e o próprio Morro do Sabiá. Consistindo, portanto, em*
498 *uma porção junto à orla, serviente de corredor linear, servindo, inclusive, de trampolim*
499 *ecológico para diversas espécies. Sobre a relevância da área em questão o próprio*
500 *empreendedor em requerimento inaugural reconhece: O empreendimento está inserido em*
501 *terreno acidentado, com singularidade geométrica e ambiental, contemplando, na sua*
502 *totalidade, em torno de 1700 árvores. Essa significativa quantidade de espécies vegetais*
503 *gera uma dificuldade na implantação das torretas residenciais por muitas delas serem*
504 *imunes ao corte e protegidas por lei. Cumpre ainda dispõe que o imóvel em que, objeto de*
505 *parcelamento, ele insere-se também em parte em Área de Interesse Cultural e parte na*
506 *Área de Proteção de Ambiente Natural. A gleba em questão se insere numa região com*
507 *alto potencial arqueológico, situado nas margens do Guaíba, muito próxima da área de*
508 *ocorrência arqueológica. Foram identificados artefatos arqueológicos pré-coloniais. A área*
509 *se insere também nas adjacentes do Parque Natural do Morro do Osso, local, igualmente,*
510 *de notório interesse arqueológico e paleontológico, tendo sido constatadas ocorrências de*
511 *vestígios arqueológicos lito-cerâmicos e uma peleotoca escavada por animais extintos da*
512 *megafauna pleistocênica, merecendo, portanto, um direcionamento e uma análise mais*
513 *aprofundados a respeito. O Plano Diretor, como sabemos, é urbano e ambiental, onde o*
514 *licenciamento urbanístico e ambiental se entrelaçam; sendo que o licenciamento ambiental*



515 sozinho não subsiste. Assim, se ausentes estudos de impacto ambiental, relatório de
516 impacto ambiental, como dispor sobre o destino, transplante, remanejamento, supressão de
517 árvores, bem como aferir a viabilidade urbanística do empreendimento? Uma vez que o
518 EVU não deve se traduzir apenas em apresentação de plantas ou mapas. Mostra-se
519 inadequado, ilegal e imotivada qualquer manifestação a respeito, ante a ausência de
520 estudos técnicos prévios a respeito, ainda que, possa ter a forma legal, não coincide com
521 o espírito que deve conter um projeto de cidade, não podendo ser aplicado, sem se
522 analisar as possíveis consequências, em consonância com o princípio de efetividade e por
523 contrariedade ao disposto no inciso I, art. 225 da CF que determina que, para assegurar
524 um ambiente ecologicamente equilibrado e a biodiversidade, é necessário preservar a
525 integridade dos ecossistemas. Por fim, sob uma justificativa jurídica completamente
526 equivocada e contrária ao direito administrativo aplicável à espécie, sugere-se, ainda, o
527 aumento de alturas, contrariando todo o contexto exposto no presente expediente. Para
528 não passar in albis, registre-se que o empreendedor destaca que em conversas realizadas
529 com o setor de Supervisão e Desenvolvimento Urbano do Município ficou firmada a
530 intenção de recebimento da área de Parque Natural, travestida de doação, ao que parece,
531 para fins de possibilitar a flexibilização de parte do Regime Urbanístico para implantação
532 do empreendimento, uma vez que a área requerida superaria o exigido por lei a este título
533 – como se tal doação fosse uma ‘moeda de troca’. Tal ‘troca/doação’, contudo, ainda que
534 encontre amparo legal, malferirá os princípios administrativos da eficiência, eficácia e da
535 motivação, s.m.j., quando correlacionada a flexibilização do regime urbanístico, justificando
536 apenas o interesse do empreendedor, não encontrando qualquer amparo legal para dita
537 flexibilização de altura. Superados tais entendimentos, deve, contudo, referida doação
538 observar a legislação estadual a respeito (Lei Estadual nº 10.116/94, art. 27), como bem
539 referido no parecer da relatora, cuja manifestação prévia sobre o parcelamento do solo
540 deve ser efetuada pela METROPLAN antes da aprovação pelo município. Não sendo
541 demais, ainda lembrar que a Lei Orgânica do Município, em seu art. 237, estabelece: A
542 implantação de distritos ou polos industriais e empreendimentos de alto potencial
543 poluente, bem como de quaisquer obras de grande porte que possam causar dano à vida
544 ou alterar significativamente e irreversivelmente o ambiente, dependerá de autorização de órgão
545 ambiental, da aprovação da Câmara Municipal e de concordância da população
546 manifestada por plebiscito convocado da forma da lei. *Diante de todo o exposto, opinamos*
547 *pelo indeferimento do presente requerimento.* Era o que tínhamos. Obrigada. **Germano**
548 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**
549 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigada, Conselheira Claudete, pela manifestação de
550 relato de vista. lembrando que tem que formalizar por escrito. Secretária Executiva está
551 lembrando o seu relato de vista da última reunião, que não foi formalizado aqui para a
552 Secretária Executiva. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos**
553 **Humanos - ACESSO CDH:** Eu encaminhei, Secretário, na última sessão pelo próprio chat.
554 Vou encaminhar de novo por este chat e continuo aguardando que nos seja
555 disponibilizado uma senha para tanto, que a gente possa, efetivamente, protocolar. Eu até
556 recebi uma justificativa da Secretária, que acho muito estranho, que ela acha que o
557 sistema não comporta que meia dúzia de conselheiros aqui consiga acessar os sistemas, se
558 todos os empreendedores conseguem e a metade deste conselho já tem acesso na
559 Prefeitura, né. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo,**
560 **Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Ok. Obrigada, Conselheira Claudete.
561 Lembrando, independente de postar no chat, tem que remeter por e-mail para constar o



562 relato de vista, formalizar para a Secretária Executiva fazer constar no processo. Então,
563 por favor, nos remeta pelas vias formais o seu relato de vista. Foi vista conjunta,
564 Conselheiro Felisberto? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de**
565 **Planejamento Um – RGP. 1:** Foi conjunto com a Claudete. Endosse em gênero, grau e
566 número as colocações. Obrigado. Na sequência a gente tem inscrito o Conselheiro
567 Emerson, representando o OP, para fazer relato de vista. **Emerson Gonçalves dos**
568 **Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento**
569 **Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa noite, Conselheiros, Presidente. Eu vou
570 acompanhar a Região de Planejamento 6, vou aguardar o relato dele. **Germano Bremm,**
571 **Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade –**
572 **SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro. Conselheiro Hermes, vai fazer relato de vista? **Hermes**
573 **de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul**
574 **– SAERGS:** Sim, Secretário. Primeiro, eu tenho um esclarecimento, Secretário. Eu
575 encaminhei o relato de vista por e-mail e na história do copia e cola, eu copiei o cabeçalho
576 de outro relato anterior de vista, que aparece o Conselheiro Felisberto como coautoria,
577 que foi o relato do Zaffari. No que acabar a reunião eu me comprometo a corrigir e
578 encaminhar novamente. Então, vamos lá: *Trata-se de EVU para posterior aprovação de*
579 *projeto e construção no imóvel localizado à rua Cel. Marcos, 1719, bairro Pedra Redonda.*
580 *O imóvel tem frente ainda para o Lago Guaíba e é contíguo à Área de Preservação*
581 *Permanente-APP do Morro do Sabiá, zona sul de Porto Alegre, o que lhe confere uma*
582 *localização ímpar na paisagem urbana da cidade. O empreendimento contém área*
583 *comercial junto à rua Cel. Marcos e apartamentos residenciais mais próximos à orla, estes*
584 *com acesso pela rua lateral existente, rua Ney de Castilho Ferreira. Como bem se*
585 *manifestou o Conselheiro representante da região em seu encaminhamento para*
586 *solicitação de vistas ao processo (DOC. 12568218), destaco o que segue: “...processo com*
587 *uma interferência ambiental muito delicada e em decorrência foi exaustivamente abordado,*
588 *sendo que das 245 páginas do processo, 150 tratam da condição do ambiente natural. A*
589 *riqueza ambiental confere a qualquer empreendimento de produção habitacional ou*
590 *comercial, visto que o PDDUA nos seus critérios de regulação procura proteger o bem*
591 *natural em primeiro lugar...”Arquivo: PARECERES>180221—PARECER DE VISTAS 002-*
592 *2021-CEL. MARCOS, 1719.docx 2/4. O Plano Diretor de Porto Alegre atual, assim como os*
593 *planos anteriores foram sábios ao proteger estas e outras áreas da cidade, sem inibir o uso*
594 *e ocupação racional do solo. O presente expediente tramitou pelos vários setores técnicos*
595 *desta PMPA, sendo que 61,22% dos despachos/pareceres referem-se a importância da*
596 *questão ambiental e da paisagem urbana, a qual sem sombra de dúvida no presente caso,*
597 *tem uma dimensão de destaque na paisagem local. Apesar disso, somente no parecer da*
598 *SMAM (doc. 12304716), anexado ao parecer CAUGE nº 123/2020, existe uma pequena*
599 *observação, que passa quase despercebida nas 245 páginas deste processo.*
600 *Observação esta que menciona o aumento de altura, como segue: “...Ainda, considerando*
601 *o parecer da SMDE / CAUGE nº 087/2019, quanto à flexibilização de padrões de altura de*
602 *9,00m para 18,00m na subunidade 7, de acordo com amparo legal constante no art. 61,*
603 *inciso II, letra C, em terreno situado na Área de Interesse Cultural e Área de Ambiência*
604 *Cultural e considerando a importância da área em questão do Morro do Sabiá para a*
605 *paisagem urbana, deverá como forma de mitigação de impacto...” Confrontando esta*
606 *leitura, com o texto legal do referido artigo 61, inciso II, letra C da LC 434/99 e alterações*
607 *posteriores, temos o que segue: “Art. 61. Projeto Especial de Impacto Urbano de 2º Grau é*
608 *a proposta de empreendimento, atividade ou plano conjunto de parcelamento e edificação*



609 *que, pela característica do impacto gerado, se classifica em: (Alterado pela L.C. nº 646, de*
610 *22 de julho de 2010). Arquivo: PARECERES>180221—PARECER DE VISTAS 002-2021-*
611 *CEL. MARCOS, 1719.docx ¾. I – por obrigatoriedade, ... II – por solicitação, com base*
612 *neste artigo e no Anexo 11.2, fl. 3, desta Lei Complementar: (Alterado pela L.C. nº 646, de*
613 *22 de julho de 2010). c) de regime urbanístico específico, visando à qualificação da*
614 *paisagem urbana, para terreno situado em Área de Interesse Cultural e Área de Ambiência*
615 *Cultural; ou (Alterado pela L.C. nº 646, de 22 de julho de 2010)”Fica evidente, face a*
616 *análise das considerações anteriores, que não estamos qualificando a paisagem urbana,*
617 *alterando o limite de alturas de 9m para 18m, numa área de “interferência ambiental muito*
618 *delicada”, como bem-dito pelo representante da região. Reconhecemos muitos méritos na*
619 *proposta apresentada, as contrapartidas, em especial a continuidade do passeio público*
620 *junto à orla, a preservação de parte da vegetação existente, entretanto não encontramos*
621 *justificativa plausível para o aumento de altura das edificações de 9,00m para 18,00m*
622 *(100%). Coincidência ou não, mais uma vez constatamos que os interesses privados e a*
623 *ganância imobiliária de uns poucos, prevalecem sobre o interesse da maioria da população*
624 *em construir uma cidade mais harmônica e ambientalmente mais saudável, às custas do*
625 *comprometimento irreversível da Paisagem Urbana. O Regime Urbanístico estabelece*
626 *limites para a ocupação do solo, entretanto o interesse coletivo, não pode estar subjugado*
627 *ao interesse privado, assim não é um direito inalienável a utilização máxima dos índices de*
628 *Arquivo: PARECERES/180221—PARECER DE VISTAS 002-2021-CEL. MARCOS, 1719.*
629 *docx 4/4 aproveitamento incidente sobre os imóveis, particularmente em Áreas Especiais*
630 *de Interesse Ambiental. Como está tão bem expresso no Estatuto das Cidades (Lei*
631 *Federal nº 10.257/2001), em especial em seu art. 2º, inciso XII, como segue: “Art. 2º - A*
632 *política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da*
633 *cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:Inciso XII-*
634 *proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural, histórico, artístico,*
635 *paisagístico e arqueológico;”. A Lei Federal nº 10.257, denominado Estatuto da Cidade,*
636 *embora para alguns permanece desconhecido, é a lei maior que deve pautar nossas ações*
637 *na condução do Planejamento Urbano das cidades, conforme suas diretrizes gerais fixadas*
638 *por lei, ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais e garantir o bem-estar de*
639 *seus habitantes. Conclusão: Conforme esclarecimentos anteriores, não existe nenhuma*
640 *justificativa, nem mesmo algum parecer técnico, registro ou relato que justifiquem o*
641 *aumento da altura em 100%, ou seja, de 9,00m para 18,00m, o que, SMJ, em meu*
642 *entender é um grave equívoco na condução deste expediente. Assim meu voto é contrário*
643 *ao aumento de altura, tendo em vista não encontrar justificativa legal e conseqüentemente*
644 *contrário à aprovação do EVU nos termos propostos. Porto Alegre 18 de fevereiro de 2021.*
645 *Então, só para complementar, eu vou retificar assinatura no final e o cabeçalho encaminho*
646 *hoje mesmo. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de***
647 ***Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro*
648 *Hermes, pelo relato de vista. Na sequência nós temos o Conselheiro Darci. Não está*
649 *presente. Não sei se a Conselheira Jussara vai fazer o relato. **Jussara Kalil Pires (1ª***
650 ***Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu*
651 *posso fazer a leitura: Então, em reunião deste CMDUA o Conselheiro Arquiteto Gomes, da*
652 *RGP 6, solicitou diligência à PGM, tendo em vista dúvida suscitada pela Conselheira*
653 *Relatora Arquiteta Virgínia, da METROPLAN. Na diligência pergunta sobre aspectos de*
654 *aplicação da legislação federal ou estadual, sendo respondida pela PGM: “De maneira*
655 *ampla e sucinta a regra é a de que a Legislação Federal é, hierarquicamente, superior à*



656 *estadual quando se tratar de assuntos da mesma competência legislativa. Desta feita, em*
657 *se tratando da aplicação de leis sobre a mesma matéria e competência legislativa diante*
658 *da hierarquia de normas, a legislação federal vai se sobrepor à estadual naquilo que lhe é*
659 *conflitante. Todavia, se a legislação estadual em dispositivo que trata do mesmo assunto*
660 *de competência federal **não piorar a situação do contribuinte**, aplica-se esta sem estar*
661 *em desacordo com a Legislação Federal. O simples fato de uma legislação estar mais*
662 *aprimorada que outra, não é impeditivo para a devida aplicação, já que a legislação que*
663 *está por hora vigente, devendo ser atendida da forma que se encontra”. Primeiramente,*
664 *salvo melhor juízo, entendo que a lei olha para interesse público, portanto, a análise mais*
665 *adequada no ponto que negritei seria não piorar a situação do interesse público. O que*
666 *pode ter resultado oposto em termos de qual instrumento a ser utilizado. Lógico, a*
667 *expressão “contribuinte” em nada definir, pois empreendedor é um contribuinte, bem como*
668 *a sociedade em geral também pode ser entendida como esse contribuinte. Objetivamente,*
669 *a diligência pergunta sobre a aplicação da área a ser doada ao município, se de 20 ou*
670 *35%, tema sobre o qual a PGM não se posicionou. Aliás, onde se aplicada uma ou outra*
671 *visão da função social de uma legislação, exatamente teremos aplicação de índices*
672 *diferentes, se 20% não piora a situação do contribuinte empreendedor, mas piora o ganho*
673 *de área pública que o contribui sociedade deixa de ganhar. Entendo que a redação da*
674 *resposta da PGM não responde objetivamente ao questionamento da diligência. Portanto,*
675 *deverá retornar à PGM. Outro aspecto do processo é o parecer junto à aprovação da*
676 *CAUGE, onde como investimento para beneficiar o contribuinte sociedade determina a*
677 *aplicação do plano funcional viário apenas na testada do imóvel, sendo que a Avenida*
678 *Coronel Marcos já possui vários alargamentos e estreitamentos naquela área, que em nada*
679 *ajuda a circulação, muito antes pelo contrário, pois ao alargar em um trecho formando*
680 *duas filas, no trecho seguinte novamente apenas uma fila, os veículos precisam se*
681 *realinhar. Aplicando os princípios da mecânica de fluídos à circulação de veículos, o que é*
682 *aceito para desenvolvimento do projeto e gestão de vias públicas, todo e qualquer*
683 *alargamento, estreitamento, causa que seria designada como turbulência, o que diminui a*
684 *fluidez na circulação. Mais uma vez, para o contribuinte sociedade, até que a avenida seja*
685 *alargada em todo o seu percurso, não terá um benefício, apenas economia para o*
686 *contribuinte empreendedor. Quanto à análise ambiental, após toda a avaliação das*
687 *espécies vegetais que deverão ser preservadas ou compensadas, o parecer informa que:*
688 *Quanto ao licenciamento ambiental, informamos que a atividade de desmembramento foi*
689 *avaliada no âmbito da CAUGE, através do presente EVU. Contudo, os condomínios uni ou*
690 *plurifamiliares serão objetos de licença de instalação, cuja emissão Pela SMAMS será*
691 *condicionada à aprovação dos respectivos projetos arquitetônicos. Por ocasião do*
692 *licenciamento ambiental, a SMAMS dará ciência aos gestores das unidades de*
693 *conservação de naturezas municipais, com base na Instrução Normativa 2220/2020.*
694 *Quanto esse trecho não consigo encontrar a justificativa de porque da dispensa da licença*
695 *prévia, ainda mais quando neste CMDUA, seguidamente, vem sendo repetido que uma*
696 *questão é etapa de análise de EVU, outra questão é o licenciamento ambiental, que será*
697 *realizado, posteriormente. Portanto, não podemos entender que a análise da vegetação*
698 *que se encontra no processo possa dispensar etapas de licenciamento prévio para o*
699 *licenciamento ambiental. Trazendo tal afirmativa no âmbito do espaço da CAUGE, com*
700 *posicionamento da SMAMS, no mínimo mais um elemento de questionamento legal.*
701 *Também, ao final do parágrafo, informa que dará ciência aos gestores das unidades de*
702 *conservação. Não me lembro de alteração na Legislação Federal, mas o que constava era*



703 *obter anuência prévia e não dar ciência após aprovação. Aliás, esse mesmo tema já foi*
704 *debatido neste conselho, quando da aprovação da ampliação da universidade existente na*
705 *Avenida Cavallhada, do outro lado da reserva do Morro do Osso. Portanto, meu parecer é*
706 *de que o processo deve retornar à PGM e SMAMS para os devidos esclarecimentos. Darci*
707 *Barnech Campani. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo,*
708 **Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigada, Conselheira Jussara, pela
709 manifestação. Na sequência a gente tem o Conselheiro do IAB, Rafael Passos inscrito.
710 **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:**
711 Não tenho o relato. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo,**
712 **Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigada, Conselheiro Rafael. Na
713 sequência o Conselheiro Gomes, representante da Região de Projeto. **Luiz Antônio**
714 **Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa
715 noite, Presidente e Conselheiros. Parecer de vista referente ao Processo 002.069397.006:
716 *EVU de Parcelamento do Solo com Licenciamento de Edificação. REQUERENTE:*
717 *MELNICK EVEN TIMBÓ EMPREEND. IMOB. LTDA. Imóvel com testada para as ruas Cel.*
718 *Marcos nº 1719 e rua Ney de Castilho Ferreira, fundos para o Lago Guaíba, incluindo área*
719 *de abrangência do Parque Natural do Morro do Osso. Está situada na MZ 5, EU 14,*
720 *quarteirão 005 e na influência de duas Subunidades: Subunidade 7 predominantemente*
721 *residencial, com Atividade definida como de Interesse Cultural, Mista 2. Subunidade 6, área*
722 *restrita a ocupação, Atividade Parque Natural. A Proposta é de um empreendimento misto*
723 *com área comercial junto a rua Cel. Marcos e torres (torretas segundo o empreendedor) de*
724 *apartamentos residências com acesso pela rua Ney de Castilho Ferreira. São 68 Apts de*
725 *alto padrão e 15 lojas. Foi solicitado Diligência a PGM questionando quanto a sobreposição*
726 *de Legislação e possíveis interferências importantes no empreendimento por choques de*
727 *abordagem. Buscou-se com a Diligência a segurança jurídica de que estamos deliberando*
728 *em um universo legal coberto pela legislação edilícia, sem prejuízo aos objetivos da*
729 *análise. A PGM sucinta em seu relato, vem ao ponto provocado com a seguinte*
730 *manifestação: “Desta forma, cumpre destacar que, por se tratar o presente processo em*
731 *comento, de análise de Estudo de Viabilidade Urbanística, etapa anterior à aprovação do*
732 *projeto pelo Município, não vislumbro óbice ao seu prosseguimento.”Prosseguindo a*
733 *análise do empreendimento, destaco como de singular importância o compromisso que*
734 *deverá ser assumido pelo empreendedor de dar continuidade ao Calçadão de Ipanema, da*
735 *Rua Manoel Leão até a área de lazer (junto a Déa Coufal esquina Av. Guaíba). Essa*
736 *demanda em particular da Comunidade de Ipanema, e no geral da Cidade de Porto Alegre,*
737 *vem dar seguimento a conquista do Orçamento Participativo que na segunda metade da*
738 *década de 90 conseguiu executar um primeiro trecho desse calçadão nas proximidades da*
739 *Rua Déa Coufal, local conhecido como área de lazer. Naquela época como Diretor de*
740 *Obras da Secretaria Municipal de Obras e Viação coordenei essa importante obra para a*
741 *Cidadania, e já nos era solicitado a continuação desse equipamento público. Para termos*
742 *uma ideia da abrangência, a obra da época tinha uma extensão de menos de 100metros, e*
743 *esta continuidade terá próximo a 400 m. No geral trata-se de um empreendimento que vai*
744 *delineando a ocupação ao longo da Cel. Marcos, oferecendo uma animação compatível*
745 *com a proposta de comércio e serviços ao longo da mesma e reservando Torretas de*
746 *ocupação residencial ao fundo, dentro de todas as limitações justas, impostas pela baixa*
747 *densidade possível de ocupação e a alta incidência de áreas preserváveis pela sua*
748 *vegetação e perfil. Acompanho a indicação da Relatora favorável ao EVU do*
749 *empreendimento. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo,*



750 **Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes, pelo
751 relato. Foi o último conselheiro inscrito para relato de vistas. Na sequência eu abro a
752 inscrição para debate. Por favor, manifeste-se no chat quem gostaria de debater o
753 presente expediente. Temos a Conselheira Tânia, Conselheiro Dal Molin, Conselheiro
754 Hermes, Conselheira Jussara foi a primeira inscrita. Conselheira Maristela, Conselheiro
755 Saffer, Conselheiro Felisberto, Com Rafael Passos. Mais algum conselheiro? Em não
756 havendo mais inscritos vou encerrar para inscrição. Abro a palavra para a Conselheira
757 Jussara, que pode encaminhar e debater o processo pelo período de 2 minutos. **Jussara**
758 **Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental –**
759 **ABES/RS:** Bom, eu só queria chamar atenção que foram colocados nos vários pareceres
760 de vista várias questões importantes em relação a esse projeto. Eu, pessoalmente, estou
761 aqui substituindo o Campani, ele que fez o relato. Então, não cheguei a analisar o
762 processo sozinha, mas conversei com ele. Vi aí que temos vários elementos, eu entendo
763 que a relatora deve considerar isso aí e fazer talvez um novo relato para poder incorporar,
764 imagino eu, esse tipo de colocação. Em princípio, parece que da forma como está não
765 deveria ser aceito, pelas várias questões que foram colocadas, essa questão que o
766 Campani levantou dos 20 ou 3% de área de doação é fundamental. Eu sei que isso,
767 quando trabalhava na METROPLAN, é uma das pessoas bastante controversa, em várias
768 situações acontece esse tipo de questionamento em relação à aplicação da legislação. E
769 essa questão que o Campani trouxe é importantíssima. Qual é o interesse que está sendo
770 considerado aí, do empreendedor ou da sociedade? Quer dizer, não existe um contribuinte
771 único. Essa expressão, ele até ficou questionando onde que surgiu, mas independente
772 disso são dois lados a serem vistos. Então, em função de tudo isso que foi colocado pelos
773 diversos pareceres de vista, eu entendo que isso tem que ser revisto e incorporado talvez
774 ao parecer e aí sim um parecer efetivo da parecerista. Particularmente, entendo que isso
775 que o Campani colocou do retorno à PGM e à SMAMS para completar aquilo que, ao que
776 parece, não foi respondido, seria importante. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região**
777 **de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite a todos. Eu só vou fazer um
778 questionamento sobre tudo que eu ouvi aqui e aí eu fico me perguntando sobre uma série
779 de coisas. Eu entendo que se tratando de planejamento urbano, o tripé desse
780 planejamento seja o desenvolvimento ambiental, o econômico e o social. Em se tratando
781 desse projeto, a RGP 4 observa somente o dito “desenvolvimento econômico” às custas do
782 desenvolvimento ambiental, com apropriação da área da Mata Nativa, que faz parte de um
783 parque nacional e da Mata Atlântica. Então, em se tratando disso já é praticamente um
784 absurdo, ao meu ver. Como representante da Região 4 de Planejamento. E quando eu vejo
785 a aprovação desse tipo de projeto dentro de uma análise urbanística eu me pergunto
786 enquanto técnica, porque faço técnico em edificações, também uma técnica, tenho uma
787 visão lógica das coisas e agora fazendo Gestão Pública eu consigo visualizar de uma
788 maneira um pouco mais abrangente toda essa situação. E eu me pergunto, eu tenho a
789 minha resposta, mas eu me pergunto: qual o compromisso dos técnicos quando pensam a
790 cidade aprovando esse tipo de projeto? Então, eu vou deixar essa pergunta no ar, porque
791 a minha resposta eu tenho. Então, a preocupação com a revisão do plano, a preocupação
792 com a cidade é uma coisa que deveria ser de todos nós, a cidade é nossa, é um
793 patrimônio nosso. E quando a gente dá de mão beijada para a iniciativa privada, isso é um
794 absurdo, é um absurdo e irrelevante. (Sinalização de tempo esgotado). E eu gostaria de
795 aproveitar um pouquinho do meu tempo para dizer seguinte, o Secretário falou sobre os
796 150 mil que eram pagos de aluguel pela biblioteca, e eu vou lhe dizer, eu recebi uma



797 listagem de mais de 3.500 imóveis da Prefeitura... (Sinalização de tempo esgotado), que
798 poderiam muito bem serem restaurados para evitar que fosse despendido tantos valores
799 desnecessariamente... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de**
800 **Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Desculpa, Conselheira, mas
801 não é a hora da gente debater a biblioteca, estamos debatendo o processo. Em outra
802 oportunidade a gente volta a debater esse assunto. Na sequência o Conselheiro Dal Molin.
803 **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil –**
804 **SINDUSCON:** Boa noite. Eu não tenho procuração para falar sobre os técnicos da
805 Prefeitura, mas vou tentar ajudar a Tânia nas suas perguntas. Essa questão que todo
806 mundo comenta da altura, por exemplo – Ah, aumentou a altura, que barbaridade!
807 Primeiramente, antes de explicar eu vou contar um caso. Eu fui fazer a aprovação de um
808 projeto de 60 casas em Canela, aí a Secretaria do Meio Ambiente de Canela me
809 perguntou: Tu não preferes fazer três prédios de 30 m do que fazer 60 casas? Tu vais
810 espalhar as casas por toda essa região, que é rica em vegetação, como bem mostra o
811 laudo de cobertura vegetal, vai ter esgoto espalhado nessa região inteira? Tu não preferes
812 fazer três prédios? Eu me surpreendi com a postura da Secretaria do Meio Ambiente de
813 Canela, que tem um meio ambiente muito, mas muito mais importante do que Porto Alegre,
814 e levei para os meus empreendedores. Então, eu só quis relatar, primeiramente, esse caso
815 para mostrar que a altura não é ruim, a altura é boa, ainda mais se a gente vai preservar o
816 terreno. O Professor Rômulo, que deve estar aí pode me corrigir, que tinha um arquiteto,
817 que foi precursor do movimento modernista, que era chamado Le Corbusier. O que ele
818 falava? Em vez da gente ter essas cidades de grande densidade, com casas coladas umas
819 nas outras, vamos fazer prédios altos em meio a parques, com aeração, com ventilação,
820 mais saúde. Então, preconizavam a altura para que a gente ocupasse menos os terrenos e
821 preservasse mais a vegetação. Inclusive, eu acho que até poderia diminuir até o número
822 de vagas de estacionamento para preservar mais a vegetação. Então, eu acho às vezes
823 essa questão de interesse cultural, que define como altura menor ainda do que pode na
824 região, pouco inteligente, porque na minha maneira de ver, quanto menos impactar o
825 ambiente em altura, mais preserva o ambiente. Então, assim, nesse caso eu acho que
826 questão de altura para mim poderia ser até alto, desde que fosse com menos ocupação do
827 terreno. Infelizmente, a apresentação do projeto não demonstra como que a empresa ou o
828 arquiteto pretende valorizar essas áreas vegetais, porque tem áreas de média
829 regeneração, de baixa ou alta regeneração. Então, nessa questão, eu acho que às vezes é
830 muito melhor ter um responsável pelas áreas que vão permanecer verdes... (Sinalização
831 de tempo esgotado), que tem algumas vilas, alguns lugares que a ocupação é
832 desordenada, que invadem áreas de APP, espalham casas por tudo que é lado e é muito
833 difícil depois preservar ou retroceder aquele impacto gerado no ambiente. Então, eu queria
834 deixar essa reflexão para vocês que estão tão preocupados com a altura, que pensem um
835 pouco melhor, em outro sentido. Muito obrigado. **Hermes de Assis Puricelli (Titular),**
836 **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Mais uma vez,
837 boa noite. Eu gostaria, Dal Molin, de fazer um belo debate, mas em 2 minutos é
838 impossível. Então, eu vou agradecer pela aula e deixar passar adiante. E concordo contigo
839 e concordo com quem defende a altura, mas o problema é que a gente sempre quando
840 discute aumento de altura, é uma situação como essa em que o regime urbanístico permite
841 9 m e nós estamos passando para 18 m na orla do Guaíba. É lógico que é bom, é bom
842 para o construtor, é bom para quem vai morar lá, mas não é bom para a paisagem urbana.
843 E também, que aumentem em altura com o exemplo do Internacional. Legal, vamos



844 aumentar, fazer uma torre, disputar os turistas que vão para Dubai na orla, em uma área
845 que é pública, uma área que foi cedida pelo estado, pelo município para a construção de
846 um estádio. E vai virar uma área privada e beneficiar alguns empreendedores e o
847 Internacional. O que eu quero colocar bem rapidamente, essa discussão eu adoro,
848 adoraria que pudéssemos fazer uma discussão com qualidade, por mim 80, 100, 200 m,
849 onde for razoável que se faça, não na área dos outros e não quando tira o sol e prejudica
850 a vizinhança dos outros. Ali, nessa situação, o que me assusta é que nós conselheiros da
851 atual gestão, isso não é a primeira vez que acontece, nós estamos botando no lixo a lei,
852 sempre tem um jeitinho. Eu tenho votado sistematicamente contrário à maioria desses
853 processos mais polêmicos, porque ele sempre tem um jeitinho, é a questão de transladar a
854 área que não existe, aumentar a altura para 9, 18 pavimentos, 100% do lado, na beira do
855 Guaíba. Vai lá na periferia de qualquer um, qualquer periferia da cidade ou aqui na minha
856 região, que é uma zona residencial, se eu for pedir aumento de 9 para 18 m vão rir da
857 minha cara, porque não tem a pressão do empreendedor por trás. E para complementar,
858 Secretário, só reforçando o que eu disse, o Plano Diretor, o regime urbanístico são limites,
859 e nisso eu crítico técnicos, os atuais criticavam os da minha época e vou continuar
860 criticando. Não é nenhuma questão ética de desvalorizar o trabalho, mas nós temos que
861 entender que o Plano Diretor estabelece limites. Nós temos que aprender a dizer “não”, só
862 que quem está vinculado a um governo, por cargos e etc., não consegue fazer isso. Então,
863 qualquer empreendedor que chega, eles nem pedem, eles levam de graça. (Sinalização de
864 tempo esgotado). **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete –**
865 **RGP. 7:** Boa tarde a todos e a todas. Eu me sinto um pouco prejudicada, porque eu estava
866 envolvida com algumas questões pessoais e não pude acompanhar como gostaria em
867 relação a esse processo todo. Eu me sinto também prejudicada em relação à questão da
868 votação, já sei qual é o meu posicionamento. Parece que ainda hoje vamos ter votação. Eu
869 só queria arguir o seguinte, lá voltou o Internacional novamente. Não é hoje que está se
870 votando isso, já voltou há uma semana, em um debate, que no fundo o olhar de algumas
871 pessoas é que saísse. Eu ainda falava ao Felisberto – Imagina se nós fôssemos por essa
872 ótica, teria que desmanchar todo o Centro. Eu não quero aqui que vocês pensem,
873 principalmente o meu segmento do ponto de vista que nós temos sobre a cidade e
874 urbanismo, que eu sou contra os relatórios da Claudete, do Darci, em relação aos
875 relatórios da fauna, da flora, sobre a responsabilidade que nós temos. Nós tivemos
876 grandes avanços desde o Governo Olívio Dutra sobre a questão da orla do Guaíba, mas
877 acho também que é uma “cidade fantasma”, uma coisa horrorosa. Em Ipanema nós
878 poderíamos ter um potencial turístico, econômico e social fantástico. Até hoje não foi
879 regulamentado o meu projeto sobre os Jet-sky, sobre todos os instrumentos da água, até
880 hoje não foi regulamentado. Então, eu não posso levar a pecha de ser favorável em
881 relação a essas coisas. Agora, todos sabem que eu não sou contra à questão da altura.
882 Não acho, pena mesmo que esse assunto veio à debate, eu gostaria de fazer esse debate
883 sobre a questão do Internacional. Não sou CC, não sou funcionária, não sou técnica como
884 muitos são, não sou cargo do Internacional, não recebi nenhum tostão do Internacional
885 para fazer essa defesa, mas acho ridícula e rasteira essa discussão da forma que foi feita
886 aqui novamente. Inclusive, em respeito ao relator anterior, em relação ao Sport Club
887 Internacional. Então, assim, vai ser votado hoje, eu acho sim que tem que ter um
888 desenvolvimento nessa região, mas acho que é um exagero, em especial à questão
889 ambiental e a questão da flora e da fauna. (Sinalização de tempo esgotado). Em relação
890 aos empreendimentos e alturas, sou favorável. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-**



891 **grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite. Na verdade, eu estou aqui
892 olhando, é um esclarecimento na planta que eu estou vendo de EVU. Essa área
893 remanescente que fica depois daquela parte mais embaixo, que tem o empreendimento,
894 quem vai ficar com o controle e manutenção pela preservação dessa área? **Germano**
895 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**
896 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Sérgio Saffer. Já esclareço, ali é
897 uma RPPN, vai ser gravado, privado, vai ficar responsável pela manutenção e proteção de
898 toda aquela área verde. É uma área privada, é uma previsão legal que se tem para o
899 privado ficar com a responsabilidade e promover a manutenção e conservação. Fica
900 gravado na matrícula como Reserva Privada de Proteção Natural. Na sequência a gente
901 tem o Conselheiro Felisberto inscrito. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de**
902 **Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Bom, essa questão de densificação de áreas é
903 uma questão que querem trazer para a Região Centro. Eu já vou dizer que vai haver
904 resistência pelo menos deste Conselheiro e do fórum de delegados. Nós somos contra
905 densificação sem antes regular as áreas que não estão regularizadas. Nós do Fórum da
906 Região 1 de Planejamento seremos contra. Então, o que eu me admiro é que áreas que
907 devem ser preservadas e que devem ter a atenção da Secretaria, dos técnicos da
908 Prefeitura, são flexibilizadas para os empreendedores. Eu quero que me expliquem isso,
909 qual a vantagem que a cidade vai ter? Um calçadão que deveria ser uma obrigação do
910 poder público? O Gomes esqueceu de dizer que na época o calçadão foi feito com
911 dinheiro da administração pública e não de empreendedores. E tiraram todos os bares e
912 quiosques que tinham ali. Então, às vezes, as comunidades são tiradas de áreas e o
913 grande empreendimento é posto ali. E vou citar vários exemplos, nós temos um
914 empreendimento que se chama Cooperativa União Social, na encantadora, lá em cima, e
915 nós fomos impedidos de pôr as famílias lá e teríamos o controle da área de preservação
916 por conta da própria cooperativa. Outro exemplo que eu vou dar na região do Gomes, o
917 Jardim das Estrelas, nós lá em 91 também fizemos todo um debate para preservar a área e
918 está preservada até hoje sobre o controle da comunidade. Então, não é inviabilizando a
919 permanência de comunidade de baixa renda muitas vezes, com o pretexto de que os
920 grandes empreendimentos vão resolver, não! O que nós temos que ter é uma cidade que
921 olhe para as características locais. (Sinalização de tempo esgotado). Eu não sou
922 especialista, eu estou aprendendo, eu sou um aprendiz. Então, quer dizer, estou
923 aprendendo, mas agora eu tenho uma visão de cidade. O senhor me permita 30 segundos,
924 Secretário, para finalizar o raciocínio, senão fica cortado. Eu tenho uma visão de cidade, a
925 cidade tem que valorizar as suas características. E para a Maristela eu quero dizer,
926 Florença mantém todo o seu sítio arqueológico e histórico arquitetônico, não permite
927 nenhuma construção de roda-gigante ou de prédios altos. Mantém como símbolo daquela
928 cidade a Santa Croce, que é a igreja, com a Cúpula de Brunelleschi. Então, não me fale
929 em conhecimento internacional, a Cidade de Florença é um exemplo de manter a sua
930 história intacta. Não permite a modernidade, é um centro histórico. Era isso e obrigado.
931 **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Se
932 fosse pelo projeto eu aprovaria o EVU. Eu quero só contrapor assim, não há altura boa,
933 não há a ideias assim - A altura é boa! E nem que a altura é ruim *a priori*, existe a contexto,
934 isso é o que a gente mais aprende na faculdade de arquitetura, que depende do contexto.
935 Neste contexto, aliás, 18 m não é grande altura, parece que ganha o projeto, ganha a área
936 em ter alguns edifícios de 18 m do que ter aquele malfadado conjuntinho de casas de 9 m
937 de altura, que ocuparia mais o terreno. Olhando os 3D, a não ser que tenham apagado as



938 torres de trás, a gente vê com as lojas, aliás, tem comércio, palmas, temos uso misto. A
939 gente fala de cidade de usos mistos, mas vai aprovando aqui uma série de
940 empreendimentos sem nada disso. Agora, eu não consigo votar a favor de um projeto, de
941 um EVU, que ao invés de ter uma doação de 9.000 m² vai ter uma doação de 3.000 m² e
942 vai entregar toda aquela área para controle privado, privando a população de um espaço
943 com um enorme potencial para educação ambiental., por exemplo, que nos faz falta.
944 Então, aquele espaço junto à orla poderia muito bem ter sido entregue. Eu não encontrei
945 grandes justificativas para isso, para aceitar essa redução da doação prevista na lei.
946 Então, parece que aí está o grande equívoco do EVU como um todo, não to no projeto
947 urbanístico, não tanto no projeto arquitetônico, do conjunto arquitetônico, que me parece
948 adequado, não vejo nisso o problema. Agora, aceitar 20% de doação só sobre a área,
949 então, alguém me esclareça se eu estiver equivocado. Aceitar só 20% de doação só sobre
950 a área do empreendimento, quando a área da gleba mede 45.000 m² e deveria redundar
951 em uma doação de 9.000 m² (Sinalização de tempo esgotado). Seria uma boa parte da
952 área natural, acessível para a população para educação ambiental, abrir mão disso não
953 vejo qualquer benefício público. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de**
954 **Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro
955 Rafael Passos, pelo debate, pela contribuição. Agora a gente encerra o período de
956 debates. O nosso Conselho, muito democrático, tem todas as oportunidades de
957 manifestação, desde a distribuição, relato, diligência, relato do relator, apresentação pela
958 equipe do planejamento, relatos de vista daqueles conselheiros que assim solicitaram e
959 por último o debate para encaminhar o voto. Então, nós temos neste âmbito o processo e
960 todas as instâncias deste conselho são posteriores, as instâncias de análises da equipe
961 técnica com relação ao interesse público no local, as questões jurídicas, com o assento da
962 Procuradoria Geral do Município. Então, os pontos trazidos aqui em alguns relatos de
963 vista, manifestações, também foram vistas na oportunidade pela equipe do muito, que
964 assim entendeu pelo parecer de aprovação do Estudo de Viabilidade Urbanística no local.
965 Então, abrimos para o período de votação, consultando a conselheira representante do
966 DEMHAB aqui presente, a Conselheira Lisiane, como vota, favorável ou contrária ao
967 parecer favorável da relatora? Desculpa, retomando. Conselheira Virgínia, que é a última
968 inscrita para debater o processo. Quer fazer alguma complementação? Desculpa, eu
969 acabei não lhe passando a palavra. **Virgínia Darsie de Oliveira (1ª Suplente), Fundação**
970 **Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN:** Boa noite.
971 Novamente eu reitero o meu voto, o relator não é o dono do processo, cada um pode votar
972 da forma como entender melhor. Eu ratifico meu voto. **Germano Bremm, Presidente e**
973 **Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:**
974 Obrigado, Conselheira Virgínia, pela manifestação. Então, abro para o período de votação,
975 consultando a Conselheira Lisiane, representando o DEMHAB, como se manifesta?
976 **VOTAÇÃO NOMINAL (PARECER FAVORÁVEL AO EVU): Lisiane Sartori Fioravanço**
977 **Magni (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Creio que o relato
978 do Conselheiro Gomes foi muito esclarecedor, voto favorável. **Júlio César Farias de**
979 **Miranda (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Voto
980 favorável. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Vaneska Paiva**
981 **Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**
982 **– SMAMS:** Favorável. **Carolina Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), Secretaria**
983 **Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Gabriela da Silva**
984 **Machado (2ª Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana –**



985 **SMIM:** Favorável. **Luciane Martins Pinheiro (1ª Suplente), Secretaria Municipal de**
986 **Governança Local:** Favorável. **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio**
987 **Grande do Sul – UFRGS:** Favorável. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação**
988 **Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Contrária. **Claudete Aires**
989 **Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não existe
990 parece prévio da METROPLAN como determina a lei, eu voto contrário. **Sérgio Saffer**
991 **(Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:**
992 Favorável. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio**
993 **Grande do Sul – CAU/RS:** Abstenção. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto**
994 **de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Contrário pelos motivos já expressos. **Fernando**
995 **Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul -**
996 **SENGE/RS:** Favorável. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da**
997 **Construção Civil – SINDUSCON:** Favorável. **Mark Ramos Kuschick (Titular),**
998 **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Contrário. **Felisberto**
999 **Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Contrário
1000 pelos motivos já expostos nós nosso parecer conjunto. **Adroaldo Venturini Barbosa**
1001 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Abstenção. **Jackson**
1002 **Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três –**
1003 **RGP. 3:** Voto contrário ao parecer. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão**
1004 **de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Voto contrário. **Ricardo Angelini, (2º Suplente),**
1005 **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Abstenção. **Luiz Antônio**
1006 **Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:**
1007 Favorável. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP.**
1008 **7:** Abstenção. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento**
1009 **Oito – RGP. 8:** Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de**
1010 **Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-**
1011 **HOCDDUA:** Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de**
1012 **Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Temos 08 votos contrários,
1013 04 abstenções e 15 votos favoráveis. Nesse sentido aprovamos o expediente da Melnick
1014 Even, EVU na Avenida Coronel Marcos como ponto de vista favorável da Relatora
1015 Conselheira representante da METROPLAN. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL AO**
1016 **EVU.** O Professor Rômulo tem uma Questão de Ordem antes da gente encerrar a reunião.
1017 **Rômulo Krafta (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu lhe
1018 peço desculpa, talvez o momento não seja muito adequado. Trata-se do processo da Av.
1019 Marechal Andrea, que vai ser tratado, provavelmente, na próxima reunião, eu deixei
1020 passar a oportunidade de ter vista ao processo. Eu estive olhando e estudando algumas
1021 coisas. Creio que eu tenho algumas questões urbanisticamente relevantes para discutir,
1022 que não saberia nos 2 minutos que me tocariam na manifestação ordinária do debate.
1023 Então, eu queria consultar ao Presidente e aos demais colegas se seria possível ainda me
1024 concederem a possibilidade de vista nesse processo, fora de prazo, mas, de qualquer
1025 forma, em tempo ainda. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de**
1026 **Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu imagino que não haja
1027 nenhuma objeção, mas consulto ao plenário deste Conselho se há algum problema de na
1028 próxima reunião também o Conselheiro Rômulo agregar o relato de vista? Votos
1029 contrários, por favor, faça no chat para a gente poder registrar. Conselheiro Hermes,
1030 Questão de Ordem. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no**



1031 **Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Presidente e demais conselheiros, eu já vou
1032 fazer uma declaração de voto, mas gostaria de colocar o seguinte, eu tenho sempre me
1033 colocado a favor da oportunidade da fala e da discussão. Então, eu voto a favor, mas eu
1034 gostaria que ficasse o compromisso que esta quebra do regimento valesse para todos os
1035 conselheiros e situações especiais. Claro, eu não vou querer que em todas as reuniões
1036 alguém peça vista fora do prazo hábil, mas que o senhor lembrasse dessa quebra de
1037 registro e voto a favor que o colega Rômulo tenha oportunidade de falar. Obrigado.
1038 **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A
1039 minha Questão de Ordem não é sobre esse assunto. Eu queria reiterar meu pedido sobre
1040 aquela reunião que teve entre o Presidente do Grêmio e o Prefeito, o que foi deliberado e
1041 eu gostaria que fosse disponibilizado aos Conselheiros e ao CMDUA, porque envolve
1042 várias comunidades do entorno, inclusive, da RGP 2, com impacto na RGP 1. Com relação
1043 à vista, eu espero que tenha cuidado, que também tivesse tido cuidado quando este
1044 conselheiro pediu e aí valeu o regimento. Eu sou contra isso, se vale para um que é
1045 conselheiro da região e não pode pedir diligência, por que é concedido para alguns?
1046 Parece favorecimento. Eu sou contra, a RGP 1 vota contra. **Mark Ramos Kuschick**
1047 **(Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** A minha
1048 questão em relação á petição do Rômulo, eu sempre sou favorável ao debate, á
1049 conversação, ao entendimento civilizado entre os conselheiros e conselheiras. Acho isso
1050 muito importante. Eu só me recordo que no dia em que nós votamos a instrução normativa,
1051 nós fizemos no dia observações importantes para contribuir com a melhor informação da
1052 instrução normativa e todas as formulações positivas que nós fizemos para contribuir com
1053 a melhor construção desse documento, foram amarradas por uma questão regimental,
1054 porque nós tínhamos que ter falado em duas sessões anteriores ou em uma sessão
1055 anterior. Então, naquele momento nós nos manifestamos em relação ao que o conselho
1056 decidia. Então, hoje o Professor Rômulo vem nos pedir, eu acho que é uma coisa
1057 importante, ele tem coisas importantes para contribuir. Então, eu pondero que nós
1058 tenhamos também a possibilidade de inserir as nossas formulações naquele texto da
1059 instrução normativa e que nos foi negado naquele momento. Eu acho bastante importante
1060 para manter a equidade dentro do nosso Conselho. **Germano Bremm, Presidente e**
1061 **Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:**
1062 Obrigado, Conselheiros. Nesse sentido, ouvindo as manifestações dos senhores,
1063 especialmente a manifestação da Conselheira Jussara ali no chat, a própria manifestação
1064 do Conselheiro Rômulo, por questão de isonomia no tratamento, não queremos dar um
1065 tratamento diferenciado para um ou para outro. A gente indefere essa possibilidade. O
1066 senhor pode fazer uso no período de manifestação do debate, conforme prevê o regimento
1067 interno. Então, Senhores Conselheiros, agradeço a oportunidade do debate sempre muito
1068 construtivo, sempre de posições diversas, visões de cidades diversas que temos neste
1069 plenário, mas ao final a democracia sempre prepondera pelo sim, pelo não, pela
1070 aprovação, não aprovação. Este debate fortalece todo o processo como um todo e
1071 engrandece a nossa cidade. Boa noite a todos, até mais.

1072 **(Encerram-se os trabalhos da plenária às 20h15min).**

1073

1074

1075

1076



1077

1078

1079

1080

1081 **Germano Bremm**

Secretária Executiva

1082 **Presidente**

Relatora

1083

1084 **Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2021, ... retificações:**

1085

1086

1087

1088